

A gramaticalidade do verbo modal poder: usos identificados e evidências sobre sua atuação em contextos de pedido e permissão

Lauriê Ferreira Martins (UFJF)* | Nathália Félix de Oliveira (UFJF)

Resumo

O presente trabalho, a partir de uma perspectiva sincrônica, apresenta os resultados preliminares acerca do desenvolvimento do verbo modal *poder*, descrevendo seus usos e apontando como o modal teria passado por um processo gradiente de expansão semântico-pragmática. Para tanto, tomamos como base os postulados da (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT & DASHER, 2005; CUYCKENS, DAVIDSE & VANDELANOTTE, 2010), segundo a qual novos significados codificados identificam as atitudes e as crenças do falante, podendo chegar, até mesmo, a indexar as preocupações do falante com o *self* do seu interlocutor. Diante de nosso objetivo, foram analisados três *corpora* da modalidade oral do português do Brasil, a saber: o *corpus* do Projeto Mineirês: a construção de um dialeto, o *corpus* do projeto PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua e o *corpus* do projeto NURC /RJ – Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro. Os resultados iniciais sugerem que o verbo modal *poder* realiza-se através das modalidades deôntica, epistêmica e habilitativa. A partir da identificação da multifuncionalidade de *poder*, observamos, pontualmente, os usos desse modal como pedido e permissão, defendendo que estes estariam, frequentemente, associados a uma ordem atenuada. As permissões são, dessa maneira, regulamentações proferidas por sujeitos que detêm o poder e podem revelar normas a serem cumpridas. Por sua vez, os pedidos são solicitações realizadas por falantes que desejam algo do outro. Logo, por revelarem uma preocupação com o *self* dos interlocutores, tanto permissão quanto pedido se caracterizam como um uso [+ intersubjetivo] do modal *poder*.

1. Introdução

Considerando a existência de trabalhos anteriores acerca do verbo *poder*, nossa intenção com o presente artigo é expandir os estudos já existentes para diferentes *corpora* do português falado, assim como fornecer novas contribuições para a investigação desse objeto sob a perspectiva da (inter)subjetivização.

Sendo assim, neste estudo, apresentamos evidências do processo de desenvolvimento do modal em questão, de modo (a) a descrever os usos sincrônicos de *poder* e (b) a sugerir, a partir do enfoque de seu uso nos contextos de pedido e permissão, que as novas construções com o verbo investigado passariam por um processo crescente de (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT & DASHER, 2005; CUYCKENS, DAVIDSE & VANDELANOTTE, 2010).

Para a realização da análise proposta neste trabalho, adotamos uma abordagem sincrônica, a partir de três *corpora* da modalidade oral do português brasileiro: o

* O presente artigo é fruto do trabalho realizado no projeto de pesquisa intitulado Abordagem construcionista na gramaticalização: emergência de novos padrões construcionais no português brasileiro, coordenado pela Professora Pós-doutora Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda, na Universidade Federal de Juiz de Fora.

corpus do Projeto Mineirês: a construção de um dialeto, o *corpus* do projeto PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua e o *corpus* do projeto NURC /RJ – Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro. Quanto ao tratamento dos dados, realizamos, através de uma análise qualitativa, a descrição dos usos do verbo *poder*, bem como a sua interpretação em diferentes contextos de atuação. Por fim, a partir da identificação da multifuncionalidade desse verbo, observamos, mais especificamente, seus usos como pedido e permissão.

Os resultados apontam que (i) o verbo modal *poder* realiza-se através das modalidades deôntica, epistêmica e habilitativa; (ii) no que se refere à modalidade deôntica, *poder* figura em quatro contextos semânticos distintos, a saber, nos campos da obrigação instanciada por agente externo, da obrigação instanciada pelo falante para si mesmo e do pedido e da permissão; (iii) quanto à modalidade epistêmica, o modal *poder* opera em contextos de posicionamento do falante acerca da realidade, de posicionamento do falante acerca de si mesmo e de possibilidade; (iv) em relação à modalidade habilitativa, o verbo *poder* refere-se à capacidade de o indivíduo realizar determinada atividade; e, mais especificamente, (v) no que concerne aos usos de *poder* em contextos de pedido e permissão, nossos dados sugerem que estes estariam, frequentemente, associados à noção de ordem atenuada.

Dessa maneira, em nosso estudo, inicialmente, apresentaremos os pressupostos teóricos fundamentais da (inter)subjativização. Em seguida, discutiremos a modalização nos usos do verbo *poder*. Posteriormente, trataremos da metodologia utilizada no trabalho. Adiante, analisaremos os usos do *poder* identificados no *corpus*, de modo a evidenciar, principalmente, sua atuação em contextos de pedido e permissão. Por fim, realizaremos nossas considerações finais.

2. A perspectiva da (inter)subjativização

A (inter)subjativização, no âmbito dos estudos em gramaticalização funcionalista¹, constitui um processo gradiente de expansão semântico-pragmática – que ocorre na interação, durante a negociação de sentido entre falante e ouvinte –, através do qual novos significados codificados são reanalisados com uma nova forma para uma função já existente ou com uma nova função para uma forma já existente.

Sendo assim, de acordo com Traugott (1995, 2010) e Traugott e Dasher (2005), um novo uso, através do processo de (inter)subjativização, é convencionalmente codificado com um novo significado, desenvolvendo sentidos [+ subjetivos], os quais identificam as atitudes e crenças do falante, podendo chegar, até mesmo, a

¹ A gramaticalização, no âmbito dos estudos funcionalistas, configura-se como um processo de mudança linguística comum nas línguas em geral, cuja motivação está nas necessidades comunicativas dos falantes no momento da interação e cujo resultado é a renovação do sistema linguístico – ou seja, a emergência de novas funções e/ou novas formas linguísticas.

desenvolver sentidos [+ (inter)subjativos], identificando a preocupação do falante com o *self*² de seu interlocutor.

As noções de subjetivização e de intersubjetivização advêm dos termos subjetividade e intersubjetividade, que se associam à teoria linguística. A subjetividade na linguagem, tal como postulado por Traugott (1995), diz respeito à expressão de atitudes e crenças do falante na atividade linguística. Quanto à intersubjetividade, esta consiste na expressão da atenção do falante, através da linguagem, para com o seu interlocutor (Cuyckens, Davidse & Vandelanotte, 2010).

Entretanto, a subjetivização e a intersubjetivização, diferentemente da subjetividade e da intersubjetividade – estas são entendidas como estando presentes em todo uso da língua –, são codificadas e convencionalizadas em um novo par forma-sentido, ou seja, há marcas linguísticas que identificam as atitudes e as crenças do falante, assim como há marcas que identificam a preocupação do falante com a imagem do seu interlocutor.

O processo de (inter)subjetivização, que se realiza através da reanálise pragmática, ou seja, da reanálise de uma nova forma ou de uma nova função com sentidos [+ subjativos] ou [+ (inter)subjativos], emerge da negociação de sentido entre falante e ouvinte no curso da interação, bem como da reiteração do padrão de uso desses novos significados.

A reanálise, desse modo, pode ser concebida através de dois diferentes mecanismos: a metaforização e a metonimização. Segundo Traugott e Dasher (2005), a metaforização consiste na projeção entre domínios conceptuais distintos. Já a metonimização realiza-se a partir da expansão semântico-pragmática advinda do processamento de inferências sugeridas.

Para Traugott e Dasher (2005), o mecanismo principal na mudança linguística enquanto processo de (inter)subjetivização seria a metonimização, pois esta daria conta de questões que estão na base da mudança semântico-pragmática. Segundo os autores, através do mecanismo da metonimização, novos sentidos seriam negociados na interação comunicativa – os quais surgiriam da necessidade de aumento de informatividade por parte do falante –, via processo de implicatura conversacional, resultando na emergência de novas construções ou novas funções a partir de um fortalecimento pragmático.

É nesse contexto, portanto, que procuramos defender, neste trabalho, que as novas construções com o verbo modal *poder*, as quais, a partir da reiteração de uso, foram incorporadas à gramática da língua, passaram e passam por um processo crescente de (inter)subjetivização.

² De acordo com Goffman (1967), o *self* constitui a identidade do participante, que é representada em uma determinada interação.

3. O verbo *poder* e a modalização na linguagem

Para que possamos tratar especificamente da modalidade linguística, realizamos, inicialmente, algumas distinções terminológicas entre modalização, modalidade, modo e verbo modal.

De acordo com Koch (1987), a modalização na linguagem diz respeito ao processo de elaboração de ideias e de seleção de palavras para a construção do texto, cujo objetivo é influenciar o interlocutor da mensagem na medida em que o falante afasta ou aproxima seu discurso daquilo que realmente gostaria de dizer. Por sua vez, a modalidade consiste no resultado do processo de modalização, ou seja, é uma categoria linguística mais ampla que codifica o posicionamento do falante diante de uma proposição (Costa, 2009).

No que diz respeito ao modo e ao verbo modal, estes são recursos gramaticais que têm por finalidade codificar a modalidade na linguagem. Sobre o modo, Palmer (1998) destaca que este é restrito a uma categoria expressa na morfologia verbal, sendo, portanto, uma categoria morfossintática de verbo, assim como tempo e aspecto. Na língua portuguesa, temos os seguintes modos verbais: indicativo, subjuntivo e imperativo. Quanto ao verbo modal, este consiste em uma categoria gramatical que faz parte de um conjunto maior de verbos auxiliares. Segundo Koch (1987, p. 138), os modais são elementos linguísticos que codificam as intenções, os sentimentos e as atitudes do falante, que

[...] caracterizam os tipos de atos de fala que deseja desempenhar, revelam maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso (Koch, 1987, p. 138).

Sendo assim, consideramos, com base em Neves (2006), que o verbo poder é um verbo modal, que pode realizar-se nas seguintes modalidades: deôntica, epistêmica e habilitativa. A modalidade deôntica está relacionada a obrigações e permissões; já a modalidade epistêmica reflete o posicionamento do falante em relação a si mesmo ou em relação ao mundo e, neste caso, considera-se o comprometimento pessoal do locutor acerca da verdade da proposição; por sua vez, a modalidade habilitativa refere-se à capacitação, às condições de realização de alguma atividade.

Neves (2006, p. 159-160) exemplifica as três modalidades supracitadas com os seguintes diferentes usos do verbo *poder*:

- (1) Primeiro eu vou mostrar ao senhor a baixada. Lá eu posso arranjar um animal para Ricardo, com Benedito da Olaria. Almoçamos aqui. Depois do almoço, Ricardo *pode* ir com a gente (modalidade deôntica) (Neves, 2006, p. 159-160).

(2) Lá fora, o sol da tarde *pode* estar dourando tudo (modalidade epistêmica) [Neves, 2006, p. 159-160].

(3) Os reimplantes são completados. A Criatura, mesmo renga, *pode* andar (modalidade habilitativa) [Neves, 2006, p. 159-160].

No exemplo (1), Neves (2006) exemplifica a ocorrência do verbo modal *poder* com sentido de permissão, logo, no âmbito da modalidade deôntica. Como observamos no fragmento acima, o falante concede a Ricardo a permissão para que ele os acompanhe: “Depois do almoço, Ricardo *pode* ir com a gente”.

Em (2), o verbo *poder* indexa o posicionamento do falante em relação ao mundo, como podemos observar em “o sol *pode* estar dourando tudo”. A codificação da posição do falante diante da proposição caracteriza o modal como pertencente à modalidade epistêmica.

No que tange ao exemplo (3), *poder* codifica um sentido habilitativo, uma vez que o falante faz referência à capacidade de *A Criatura* poder andar.

Portanto, visando à expansão dos estudos já existentes acerca do verbo *poder* para diferentes *corpora* do português falado, realizamos, neste artigo, a descrição dos usos do verbo *poder*, encontrados em nossos dados, para as modalidades deôntica, epistêmica e habilitativa, de maneira a demonstrar como o modal teria passado por um processo gradiente de expansão semântico-pragmática. Todavia, concentramo-nos, neste trabalho, nos usos do verbo como pedido e permissão, uma vez que tais usos são considerados [+ (inter)subjativos] – já que expressam uma ordem atenuada –, o que não seria esperado quando se trata da modalidade deôntica³. Antes de passarmos à análise dos dados, apresentaremos, em seguida, nossa metodologia de trabalho.

4. Pressupostos metodológicos

Nesta seção, descrevemos os *corpora* utilizados, bem como o método de estudo empregado para a análise dos dados coletados.

Nossos objetivos, neste trabalho, são, especificamente, identificar e explicar o emprego do verbo modal *poder* como forma de pedido e de permissão no português brasileiro contemporâneo. Para tanto, partimos de uma perspectiva de cunho sincrônico adequada à interpretação dos aspectos linguísticos desse padrão funcional, de modo a apresentar, ainda, os demais usos identificados para o verbo modal *poder* nos *corpora* considerados nesta pesquisa.

³ Na seção de análise, apresentaremos evidências de que os usos do verbo *poder* como pedido e permissão, em comparação a outros usos do verbo – os quais são [- (inter)subjativos] –, envolvem a expressão de ordem atenuada e, portanto, revelam um caráter [+ (inter)subjetivo].

Segundo Gonçalves et al. (2007, p. 16), a mudança linguística ou a gramaticalização, sob a perspectiva da sincronia, trata da identificação dos “graus de gramaticalidade que uma forma linguística desenvolve a partir dos deslizamentos funcionais a ela conferidos pelos padrões fluidos de uso da língua, portanto, sob um enfoque discursivo-pragmático”.

Partindo desse princípio, os dados analisados foram levantados – conforme já mencionado na introdução deste trabalho – em três *corpora* distintos que recobrem a modalidade oral, a saber, o *corpus* do Projeto Mineirês: a construção de um dialeto⁴, o *corpus* do projeto PEUL – Programas de Estudos sobre o Uso da Língua⁵ e o *corpus* do NURC/RJ – Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro⁶. Observemos o quadro abaixo, o qual sinaliza os *corpora* analisados:

<i>Corpus</i>	Descrição do <i>corpus</i>	Número de palavras
Projeto Mineirês: a construção de um dialeto	Projeto coordenado pela Professora Jânia Ramos na UFMG	300.000 palavras
PEUL – Programa de Estudos sobre o uso da língua	Projeto coordenado por professores e pesquisadores na UFRJ	300.000 palavras
NURC – Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro	Projeto coordenado por Dinah Maria Isensee Callou na UFRJ	300.000 palavras
Total		900.000 palavras

Quadro 1 – Descrição dos *corpora* analisados.

Como é possível observar no quadro acima, para evitar o enviesamento nos resultados encontrados (Vital, 2006), buscamos manter certa equidade no número de palavras analisadas, de modo que cada *corpus* utilizado possui um número de, aproximadamente, trezentas mil palavras, perfazendo um total de 900.000 palavras analisadas. Adotamos, também, o método da seleção aleatória das entrevistas, todas datadas dos séculos XX e XXI.

Depois de selecionadas as entrevistas, realizamos o levantamento de todas as ocorrências com *poder* na fala do informante ou do entrevistado⁷. Em seguida, analisamos, qualitativamente, cada construção com o modal, de modo a identificar em que contexto *poder* estaria ocorrendo.

⁴ Disponível em <<http://www.lettras.ufmg.br/mineires/>>. – Acesso em 15 de mar. de 2012.

⁵ Disponível em <<http://www.lettras.ufrj.br/peul/amostras%201.html>>. – Acesso em 15 de mar. de 2013.

⁶ Disponível em <<http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>> – Acesso em 15 de mar. de 2012.

⁷ Utilizaremos E para representar o entrevistador e F para representar o informante.

5. Análise dos dados

O verbo *poder* apresenta diferentes usos, os quais se vinculam às modalidades habilitativa, deôntica e epistêmica.

No que concerne à modalidade habilitativa, que se refere à capacidade, às condições de realização de alguma atividade, destacamos a seguinte ocorrência nos dados analisados:

(4) Ele é bem fechadinho. Mas assim, quando a gente para pra conversar, qualquer assunto, seja particular ou do serviço mesmo, ele é sempre atencioso, ele dá conselho, se for particular, alguma coisa que ele *pude* ajudar ele fala (*Corpus do Projeto Mineirês*, entrevista 03-BH).

No exemplo (4), o modal *poder* é empregado para indexar a capacidade de o falante desempenhar determinada ação, nesse caso, prestar ajuda. Em outras palavras, fala-se de um ser animado que tem condições/capacidade de desempenhar determinada ação, como observamos no seguinte fragmento: “ele é sempre atencioso, ele dá conselho, se for particular, alguma coisa que ele *pude* ajudar ele fala”.

No que se refere à modalidade deôntica, nesta o verbo *poder* figura em quatro contextos diferentes, operando no campo da obrigação instanciada por agente externo, obrigação instanciada pelo falante para si mesmo, pedido e permissão. Vejamos:

(5) Emília mandou um beijo para o príncipe e foi na hora que ela voltou com Narizinho, contaram até três e começamos a cantar parabéns. E assim terminou a história e eu gostei muito que ensina que a gente não *pode* mentir, porque a mentira é muito feio (*Corpus do Projeto Mineirês*, entrevista MAR 046).

(6) Minha paixão é criança tenho vontade de ter filho e tal. No momento eu não *posso* mas é + no futuro mais próximo eu quero ter filhos (*Corpus do Projeto Mineirês*, entrevista BH 04).

(7) E: Qual é a sua matéria preferida?

F: A minha matéria preferida é Educação Física.

E: Porquê?

F: Porque a gente brinca.

E: Agora você *pode* me contar sobre televisão, o que você gosta de assistir [...]?

F: Eu gosto de assistir desenho, (...)

(*Corpus do Projeto Mineirês*, entrevista MAR 050).

(8) E: *Pode* falar um pouco mais alto [?], eu vou ficar aqui para gravar melhor.

F: Será que gravô?

(*Corpus do Projeto Mineirês*, entrevista ARC 04).

Em (5), o falante, contando uma história infantil ao entrevistador, destaca que gostou da narrativa devido ao fato de que “ensina que a gente não *pode* mentir”. Neste contexto, o falante projeta, através do modal *poder*, uma ideologia social existente acerca da mentira (“não *pode* mentir”). Para a sociedade, em geral, a mentira configura algo inadequado a uma boa conduta. É nesse sentido que ele afirma que não se pode mentir por conta de ser *feio*. Observamos, desse modo, que o falante utiliza o verbo *poder* a fim de instanciar uma obrigação do falante imposta por um agente externo, que, neste caso, é a sociedade.

No exemplo (6), o falante expressa ao entrevistador sua vontade de ter filho, como observamos em “Minha paixão é criança tenho vontade de ter filho e tal”. Contudo, em seguida, o falante, através do verbo *poder*, codifica uma obrigação instanciada para si mesmo, quando profere o seguinte enunciado: “No momento eu não *posso* mas é + no futuro mais próximo eu quero ter filhos”. Nesse caso, o modal *poder* indexa a ideia de proibição do falante a si mesmo, já que ele considera que não seja o momento mais adequado para se ter um filho.

Considerando-se os aspectos interacionais inerentes ao gênero entrevista, dentre eles a relação hierárquica existente entre o entrevistador e o entrevistado, em (7) e em (8), os entrevistadores, através do *poder*, instanciam uma ordem, de forma atenuada, para que seus interlocutores desempenhem determinada ação necessária à entrevista. Em (7), o entrevistador demanda que o entrevistado diga o que gosta de assistir. Nesse contexto, *poder* realiza-se como uma permissão como observamos em “agora você *pode* me contar sobre televisão”. Já em (8), a ordem para que o entrevistado fale mais alto é dada por meio de um pedido, a qual é claramente atenuada por meio do recurso modal de *poder*, como verificamos em “*pode* falar um pouco mais alto?”.

Finalizados os apontamentos acerca da modalidade deôntica, passaremos, a seguir, às considerações acerca do comportamento do *poder* na modalidade epistêmica, em que, de acordo com os dados analisados, verificamos que o modal pode figurar em enunciações em que o enunciador expõe um posicionamento acerca da realidade, um posicionamento acerca de si mesmo ou, ainda, projeta uma possibilidade a partir de uma atitude de descomprometimento com o que diz. Observemos os exemplos abaixo:

(9) Hoje você bota uma calça jeans e uma blusinha e um tênis, não é? *Pode* ir pra uma festa. Antigamente, você, às vezes, deixava de ir a certas festas porque não tinha roupa. Isso hoje é melhor (*Corpus do PEUL/RJ*, entrevista R14 Nad).

(10)E: E enfim você se encontrou, você segue alguma religião e qual que é a importância dela na sua vida?

F: É eu *posso* falar qui eu mi incontrei, *posso* falar qui eu sigu uma religião i a importância dela na minha vida intão nu período qui:: eu tavo já assim no meu auge assim profissional né muita coisa aconteceu + eu tinha alguns istudu bíblico né, [contin] ainda tinha né puquê u:: u grupo du pessoal testemunhos di Jeová (*Corpus do Projeto Mineirês*, entrevista BH 06).

- (11) A dificuldade é que os nossos sindicatos, só agora estão tendo autonomia, quer dizer, a qualquer momento o sindicato *podia* sofrer intervenção do governo, acabou. Foi assim que o Lula foi preso, tirado do sindicato dos trabalhadores, etcetera (*Corpus* do *NURC/RJ*, inquérito 164).

No exemplo (9), o falante, com base no conhecimento popular, posiciona-se acerca do comportamento da sociedade em relação a hábitos e a maneiras de se vestir. De acordo com o falante, hoje em dia, ir a uma festa de calça *jeans*, blusa e tênis constitui um hábito comum. Nesse caso, temos o exemplo do verbo *poder* indexando um posicionamento do falante acerca da realidade, como observamos em “Hoje você bota uma calça *jeans* e uma blusinha e um tênis, não é? *Pode* ir pra uma festa”.

Em (10), também, verifica-se a predominância de um posicionamento por parte do falante. Entretanto, diferente do que acontece em (9), o posicionamento, aqui, possui um caráter bem menos abrangente, sendo o próprio falante o sujeito da análise – a sua própria realidade. O falante, ao ser questionado se já havia encontrado uma religião, diz que pode se dizer que sim, como podemos ver em “É eu *posso* falar qui eu mi incontrei, *posso* falar qui eu sigu uma religião”. A esse contexto denominamos posicionamento do falante acerca de si mesmo.

Na ocorrência (11), notamos que o falante projeta uma possibilidade acerca da situação que está relatando, haja vista que sua ideia é dizer que, a qualquer momento, é possível que o sindicato sofra intervenção por parte do governo. Considerando fatores como o descomprometimento do falante acerca do que diz e a consequente proteção de sua face, o enunciado é, dessa maneira, modalizado, levando à projeção de uma possibilidade, e conduzindo a um campo hipotético. Em outras palavras, não seria certo o governo intervir nos sindicatos e, portanto, não seria adequado afirmar que a intervenção certamente aconteceria.

Nesta seção, tratamos, também, pontualmente, dos usos do modal *poder* como permissão e pedido. Como já destacado neste trabalho, acreditamos que *poder* tenha desenvolvido tais usos, que estariam vinculados à modalidade deôntica e revelariam uma preocupação do falante com o *self* do interlocutor – caracterizando-se, portanto, como usos [+ (inter)subjativos]. Contudo, julgamos que uma análise pancrônica⁸ do desenvolvimento de *poder*, alinhada ao levantamento da frequência dos diferentes usos do modal, poderia melhor elucidar a hipótese assumida acima.

Cunha Lacerda (2011), por exemplo, analisou a gramaticalização das construções modais *ter que* + V2 e *dever* + V2 e constatou, através da pancronia e da frequência de uso, que essas construções desenvolveram, ao longo do tempo, sentidos [+ subjativos] e, no caso de *dever* + V2, sentidos [+ (inter)subjativos]. Conforme aponta a autora,

⁸ A perspectiva da pancronia compreende, além do levantamento de dados sincrônicos – como realizamos no presente trabalho –, uma análise de dados diacrônicos capaz de explicar como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem na língua.

no que se refere à construção *ter que* + V2, houve o desenvolvimento de usos mais subjetivos e epistêmicos (marcador deontico com obrigação instanciada pelo falante para si mesmo e marcador epistêmico de avaliação subjetiva) a partir de um uso menos subjetivo, caracterizado pela obrigatoriedade instanciada por um agente externo. Por sua vez, no processo de mudança da construção *dever* + V2, chegou-se, também, a um uso [+ (inter)subjetivo], denominado por Cunha Lacerda (2011) de marcador epistêmico de suposição.

Desse modo, com base nessas considerações, julgamos que tal processo também poderia ser verificado em *poder*. A partir de dados sincrônicos que revelam a gramaticalidade do modal, temos que o verbo apresenta um uso [- subjetivo], relacionado à modalidade habilitativa, e usos deonticos, os quais indexam tanto uma obrigação instanciada por um agente externo quanto uma obrigação instanciada pelo próprio falante. Este, por indexar uma atitude do falante – que impõe uma obrigação a si mesmo –, seria mais [+ subjetivo] em relação àquele. Ainda, dentro da modalidade deontica, *poder* veicula as ideias de permissão e pedido, codificando significados [+ (inter)subjetivos] pautados na relação estabelecida entre falante e interlocutor, como se evidencia no quadro abaixo:

Verbo “poder”	
[- subjetivo]	→ [+ (inter)subjetivo]
Modalidade Habilitativa	Modalidade Deontica
Capacidade	[Obrigação instanciada por agente externo] > [Obrigação instanciada pelo próprio falante] > [Permissão] > [Pedido]

Quadro 2 – Processo (inter)subjetivização de *poder* para os usos de pedido e permissão: uma proposta

Verificamos em nossos dados que, nos usos de pedido e permissão, os falantes expressam aquilo que julgam poder querer/exigir do outro. Dentro dos graus básicos de modalidade deontica – obrigação e permissão (Neves, 2006) –, temos que a permissão aparece como um modo específico de se construir socialmente um ato, de modo a focalizar uma possibilidade, mas não uma necessidade (obrigação).

De acordo com Neves (2006, p. 160), “uma proposição *p* é obrigatória se não é permitido que *p*, e é permitida se não é obrigatório que *p*”. Dessa maneira, a permissão nasce daquilo que não é obrigatório: a partir do momento em que algo não fere os interesses do sujeito detentor de poder social/institucional para instanciar regulamentações, um mundo de possibilidades é criado para o outro.

Todavia, cabe ressaltar que as possibilidades criadas permanecem subordinadas a quem possui o controle dentro da relação social estabelecida. De certa forma, as permissões camuflam as obrigações/proibições: algo só é permitido se alguém que

tenha poder para permitir deseje permiti-lo. Logo, as permissões são regulamentações que se apresentam de maneira mais atenuada para o interlocutor. Esse uso fica mais claro a partir dos exemplos abaixo:

(12)E: E sobre o lazer, cê me falò que sai e tudo, mas cê acha que falta alguma coisa?

F: Não. Tem o clube, social. Né? Onde tem musculação, pimbolim, bilhar, essas coisa assim. Cê sabe? Tem boate, cê *pode* entrá de graça por causa de ser sócio. Tem a piscina, onde... tamém é muito bom, tem quadra de areia... três piscina pra aproveitá muito! (*Corpus do Projeto Mineirês*, entrevista ARC 05).

(13)o que foi né... então a gente vai... ia né... nesse lugar e a gente escolhia... as comidas... tinham várias comidas nordestinas... então você... ali você escolhia... o que comia... *po!* *podia* comer um pouquinho de cada... por exemplo... um pouquinho de vatapá... um pouquinho de sarapatel... sabe... eu... certas comidas do norte você olha assim... dá MUIta vontade de comer... porque vai muito pela aparência né... não sei... (*Corpus do NURC/RJ*, inquérito 20).

No exemplo (12), temos que, no clube social frequentado pelo falante, é permitida, aos sócios, a entrada franca na boate do local. Já em (13), o falante, ao contar sobre o funcionamento de um local que vendia pratos típicos da culinária nordestina, comenta que era permitido aos consumidores se servir de um pouco de cada comida. Desse modo, averiguamos, nesses exemplos, que os falantes indexam, através do uso do verbo modal *poder*, uma permissão que é concedida por um agente instanciador, detentor de poder/controle, que possui autoridade para tal concessão.

Muitas vezes, a permissão vem acompanhada de um pedido, ou seja, a solicitação de algo (pedido) faz com que o outro avalie a possibilidade (ou não) de que ele possa ser realizado (permissão). As ocorrências que se seguem demonstram esse uso:

(14-15-16) Minha mãe fa-falou assim, NP, vão comemorá na pitiçaria (pizzaria), é ... u natal; falou assim, tá mamãe eu vô com você, só qui eu *possu*_convidá NP e NP pra í co a genti, falò assim, *podí*, *podí* convida-sim. Aí fui e liguei pras duas e convidei elas (*Corpus do Projeto Mineirês*, entrevista MAR 044).

Como se verifica em (14), a filha solicita à mãe a presença de duas pessoas na comemoração que se realizará em uma pizzaria. A mãe, por sua vez, responde afirmativamente à solicitação, nas ocorrências (15) e (16). O que temos, nesses casos, é um pedido para uma permissão. Assim, o desejo da filha de ter determinadas pessoas como companhias na comemoração faz com que a mãe, sujeito de controle (hierarquicamente superior na relação), avalie a possibilidade de que isso se concretize. Julgando não haver problemas, a mãe permite o convite às pessoas.

Como se pode depreender, o pedido é uma solicitação realizada por um falante oriunda de um desejo que ele possui. Dessa maneira, o modal é utilizado como deôntico, uma vez que apresenta um elemento de vontade e envolve a ação de outra

pessoa (Gonçalves, 2003). Como verificado nos exemplos (10), (15) e (16), o pedido está, em muitos casos, relacionado à vontade de que alguém – detentor de poder/controlado – permita algo. É o que também se observa em (17):

- (17) Só nunca deixei lá em casa i baile funk, isso eu nunca deixei. Sempre deixei i, assim, com uma pessoa, assim mais (inint) tem vinte e poucos anos: “ah, Jupira *posso* levá a Cynthia?” “Leva, vai lá, Cynthia, mas volta com a pessoa e tal.” E mais, eu tive uma criação totalmente diferente... (*Corpus* do PEUL/UFRJ, falante 06 Jup).

No exemplo (17), o falante, ao falar sobre a sua criação, comenta que pedia permissão ao seu responsável, no caso a Jupira, para levar determinadas pessoas como companhia quando saía. Assim como ocorre nos exemplos anteriores, a pessoa que realiza o pedido em (17) está subordinada ao indivíduo que realizará (ou não) a permissão.

Todavia, o pedido também pode aparecer em enunciados realizados por pessoas que estão em uma posição social hierarquicamente superior. Nesse caso, a vontade de que o outro faça algo se manifesta através da atenuação de uma ordem: o sujeito que realiza o pedido tem poder/controlado para que o outro faça o que lhe é solicitado, como se verifica nos exemplos abaixo:

- (18) DOC. - Bem, então como eu falei pra você né, o tema vai ser cidade e comércio. Então, é ... você *podia* começar, por exemplo falando do lugar onde você mora. se já mora lá há bastante tempo, por exemplo, é, se você vê diferença de antigamente quando você era menor, como é hoje em dia (*Corpus* do NURC/RJ, inquérito 12).
- (19) F: (respondendo ao filho) – Ah, agora eu *posso* continuá a minha entrevista? Cê tá cortano o pique da minha entrevista. –. Mas, sabe? Eu fiquei, olha, eu fiquei desolada e (“pô”), te roubou, (inint). ELES roubaram meu pensamento, mas que bom que roubaram, né? Eu acho... (*Corpus* do PEUL/UFRJ, falante 04 R).

Tanto em (18) quanto em (19), as interações se estabelecem assimetricamente: em (18), temos como participantes o entrevistador e o entrevistado, possuindo o primeiro um controle maior da situação, uma vez que lhe cabe organizar o discurso, realizando perguntas e controlando os turnos de fala; já em (19), a relação mãe-filho pressupõe o controle daquele que é adulto, responsável e provedor, no caso a mãe, sobre o filho. Apesar de possuírem papéis que permitem a realização de ordens diretas, os falantes optam por atenuações que revelam uma preocupação com questões referentes à face.

Goffman (1980, p. 76-77) observa que face corresponde a “uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados”. Isso implica dizer que o falante reclama para si um valor social positivo, o qual é expresso por meio de determinados padrões de atos verbais e não verbais. Logo, no curso da interação, o falante pode

indexar sua visão e avaliação da situação e dos participantes, o que acarreta a codificação de expressões intersubjetivas.

Sendo assim, o entrevistado, na ocorrência (18), manifesta de forma atenuada o seu desejo de que o outro fale sobre o lugar que mora. Esse desejo e sua realização são totalmente justificáveis diante do contexto enunciativo: uma vez que os participantes se comprometem a realizar uma entrevista, cada um com seu papel, cabe ao entrevistador assumir o controle discursivo e realizar perguntas ao entrevistado, enquanto a este cabe respondê-las, mantendo o fluxo interacional. A modalização do discurso feita pelo entrevistador evita, nesse sentido, que o interlocutor o veja como impolido. Já no exemplo (19), o aparente pedido para permissão realizado pela mãe a seu filho equivale, na verdade, ao desejo de que ele pare de interromper a entrevista. Ela, como sujeito-controle da relação, tem poder para dar ordens ao filho.

A partir dos apontamentos realizados, temos que, nos usos de *poder* como pedido e permissão, os falantes expressam aquilo que exigem/querem do outro. As permissões são, desse modo, regulamentações – que têm como origem o fato de que algo não é obrigatório – proferidas por sujeitos que detêm o poder e podem revelar normas a serem cumpridas. Já os pedidos são solicitações realizadas por falantes que desejam algo do outro. Apesar de, em muitos casos, o pedido ser direcionado a quem detém o poder – ou seja, a quem tem condição social de autorizar algo –, em algumas situações, como observado, o pedido é uma forma de atenuar uma ordem. Logo, por revelarem uma preocupação com o *self* dos interlocutores, tanto permissão quanto pedido se caracterizam como um uso [+ (inter)subjetivo] do modal *poder*.

6. Considerações finais

No presente trabalho, verificamos que os diferentes usos identificados nos *corpora* analisados relacionam-se às modalidades habilitativa, deôntica e epistêmica. No que diz respeito, mais especificamente, à modalidade deôntica, observamos que o verbo investigado pode atuar, dentre os diferentes contextos semânticos identificados, com os significados de pedido e permissão.

Atuando nesses contextos, *poder* revela-se como um modal (inter)subjetivo, haja vista que indexa a preocupação do falante com o *self* do seu interlocutor. Desse modo, nos exemplos analisados, verificamos que os usos de pedido e permissão relacionam-se à hierarquia social dos participantes do discurso, podendo codificar regulamentações (permissões) ou solicitações (pedidos). No caso dos pedidos, ainda é possível verificarmos que este pode ser proferido por alguém hierarquicamente superior em relação ao seu interlocutor com o intuito de atenuar uma ordem. Tal uso revelaria uma maior proteção de face do falante, que age de maneira polida, e se caracterizaria, portanto, como ainda [+ (inter)subjetivo].

No que se refere ao estabelecimento de um possível percurso de mudança para o

verbo, acreditamos serem necessários o levantamento da frequência de uso bem como a análise de dados diacrônicos.

Referências

COSTA, S. *Entre o deôntico e o epistêmico: o caráter camaleônico do verbo modal 'poder'*. Revista Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, n. 11, v. 2, 2009.

CUNHA LACERDA, P. F. A. *(Inter)subjetivização no domínio da modalidade: o processo de gramaticalização das construções modais ter que + V2 e dever + V2*. Guavira Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMS, Mato Grosso do Sul, v. 1, n. 1, 2011, p. 151-164.

CUYCKENS, H.; DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L. Introduction. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Ed.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlim/New York: De Gruyter Mouton, 2010, p. 1-26.

GOFFMAN, E. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: _____. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. Nova York: Pantheon Books, 1967, p. 5-46.

_____. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais da interação social. In.: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEBGALVÃO, V.C. (Org.). *Introdução à Gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TRAUGOTT, E. C. Subjectification in grammaticalization. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. *Subjectivity and Subjectification*. New York: Cambridge University Press, 1995, p. 31-54.

_____. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Org.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlim/New York: De Gruyter Mouton, 2010, p. 13-26.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. New York: Cambridge University Press, 2005.

VITRAL, L. *O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização*. Scripta, vol. 9, n. 18, Belo Horizonte, 2006, p. 149-177